



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BRENDA DANIELA PAIVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA:
CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS A PARTIR DO
DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM (DUA)**

CAMPINA GRANDE

2022

BRENDA DANIELA PAIVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA:
CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS A PARTIR DO
DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM (DUA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao
Coordenação/Departamento do Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação
Especial

Orientadora: Dr^a. Livânia Beltrão Tavares

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Brenda Daniela Paiva da.
A (in)visibilidade da criança com deficiência em sala de aula [manuscrito] : construindo práticas pedagógicas inclusivas a partir do desenho universal de aprendizagem (DUA) / Brenda Daniela Paiva da Silva. - 2022.
26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "
1. Deficiência. 2. Inclusão escolar. 3. Práticas inclusivas. I.
Título

21. ed. CDD 371.9

BRENDA DANIELA PAIVA DA SILVA

A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA:
CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS A PARTIR DO
DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM (DUA)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao
Coordenação/Departamento do Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração:

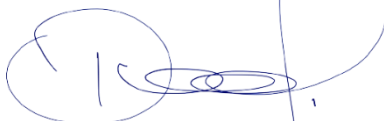
Aprovada em: 30 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA



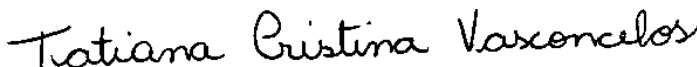
Prof^a. Dr^a. Livânia Beltrão Tavares (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Diêgo de Lima Santos Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Tatiana Cristina Vasconcelos

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	7
2.1 A concepção da deficiência em tempos antigos	7
2.2 A deficiência no Brasil	11
2.3 A conquista dos direitos das pessoas com deficiência	12
3 EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO	15
3.1 Inclusão: conhecimento que leva ao fim o preconceito	17
4 ANÁLISES E DISCUSSÃO	18
4.1 A invisibilidade por trás da inclusão	18
4.2 Desenho Universal Para Aprendizagem (DUA)	19
4.3 Práticas pedagógicas a partir dos princípios do DUA	21
5 METODOLOGIA	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	23

A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA: CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM (DUA)

THE (IN)VISIBILITY OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN THE CLASSROOM: BUILDING INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FROM THE UNIVERSAL LEARNING DESIGN (UDL)

Brenda Daniela Paiva da Silva¹

RESUMO

Desde o surgimento da humanidade, a deficiência é uma questão a ser refletida, pois cada época, contexto histórico e social se mostram inerentes a essa discussão, por se tratar de um questionamento importante que consiste na ideia de que a inclusão é um assunto que pertence a todos, como também nos proporcionam questionamentos que nos levam a analisar as nossas práticas enquanto educadores, além de nos trazer a convicção de que a deficiência não é uma dificuldade, pelo contrário a civilização precisa se modificar, a começar pela conscientização das pessoas de que a própria sociedade que limita os indivíduos que a constitui. O presente artigo busca compreender formas de construir práticas pedagógicas inclusivas. Para isso se utilizou de pesquisa bibliográfica, como análise de artigos científicos. Em consonância com a necessidade de mudanças atitudinais dos professores que assumem práticas pedagógicas inclusivas para melhor atender seus alunos em processo de inclusão. Este estudo se debruçou sobre a temática da (in)visibilidade da criança com deficiência em sala de aula e como construir práticas pedagógicas inclusivas a partir do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA), visto que o reconhecimento que a diferença faz parte da constituição do ser humano, permitindo examinar os modelos educacionais pautados na concepção de padronizar o processo de ensino e de aprendizagem, que resultam em práticas pedagógicas excludentes.

Palavras-chave: Deficiência. Inclusão. Preconceito. Práticas Inclusivas.

ABSTRACT:

Since the dawn of humanity, disability has been an issue to be reflected on, as each era, historical and social context is inherent to this discussion, as it is an important question that consists of the idea that inclusion is a subject that belongs everyone, but also provide us with questions that lead us to analyze our practices as educators, in addition to bringing us the conviction that disability is not a difficulty, on the contrary, civilization needs to change, starting with people's awareness that society itself limits the individuals that constitute it. This article seeks to understand ways to build inclusive pedagogical practices. For this, bibliographical research was used, such as analysis of scientific articles. In line with the need for attitudinal changes of teachers who assume inclusive pedagogical practices to better serve their students in the process of

¹ Discente do Curso de Pedagogia, brenda.silva@aluno.uepb.edu.br

inclusion. This study focused on the issue of (in)visibility of children with disabilities in the classroom and how to build inclusive pedagogical practices based on the Universal Learning Design (UDL), since the recognition that difference is part of the constitution of being human, allowing to examine the educational models based on the conception of standardizing the teaching and learning process, which result in excluding pedagogical practices.

Keywords: Disability. Inclusion. Prejudice. Inclusive Practices.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo abordamos o tema inclusão versus a invisibilidade da criança com deficiência na escola, considerando as contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que possui três princípios norteadores, se tornando um eixo de extrema importância, fundamental para a formação do profissional que atua na esfera escolar e também para a formação e desenvolvimento social do sujeito.

É profícuo quando crianças com deficiência interagem com outras crianças na escola e em sala de aula. Esse direito à interação é garantido no documento entregue ao Ministério da Educação (MEC) em 7 de janeiro de 2008 e que defende o “movimento mundial pela inclusão, constituído numa ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 11).

A partir do documento citado, é possível perceber que a necessidade de inclusão escolar já é reconhecida e defendida por lei, e isto requer uma organização da escola para receber e direcionar a aprendizagem de todos os alunos, porém, apesar de estar legitimado tal direito, muitas vezes a realidade da inclusão na educação brasileira se encontra desconexa com essas leis, pois o Brasil tem enfrentado dificuldades em colocar em prática ações inclusivas, os professores têm enfrentado grandes dificuldades devido à falta de apoio tanto da sociedade como também do Estado.

Sendo assim, a partir dessas dificuldades, analisamos documentos que pudessem ajudar, não somente a refletir, mas também como pôr em prática, na realidade, ações inclusivas, usando como principal documento orientador o DUA para construir uma sala de aula que acolha todos os tipos de especificidades, sendo crianças com deficiência ou não, e retirando esses alunos a invisibilidade e trazendo-os como verdadeiros protagonistas da educação, tendo a oportunidade de se expressar em suas (cinquenta, cem, mil) múltiplas linguagens.

Fizemos um recorte histórico, permeando a história da infância e também da deficiência e como se deu esse processo de “evolução” e quais as mudanças que ocorreram ou não. Abordamos também as diferenças entre exclusão, segregação, integração e inclusão. As dificuldades enfrentadas pelos professores nesta trajetória, que muitas vezes não têm um apoio e formação adequada para lidar e atender às necessidades de uma criança com deficiência e concluindo com as soluções oferecidas a partir do DUA e seus processos metodológicos para proporcionar uma

sala de aula onde a Educação, de fato, aconteça para todos, independentemente da diversidade física, intelectual, cultural, social, ideológica, histórica, ofertando a possibilidade de um futuro brilhante para cada uma das crianças presentes na sala de aula.

A partir dessas considerações, este artigo buscou analisar os desafios e possibilidades que permeiam a inclusão, mais especificamente, a partir dos alunos com deficiência, discutir as práticas pedagógicas propostas para a inclusão escolar do aluno com deficiência em salas de ensino comum e apresentou um novo debate teórico que pode contribuir na elaboração dessas práticas, seguindo o conceito do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Tendo como proposta principal que os frutos da mediação da aprendizagem e do Desenho Universal para Aprendizagem possam ser colhidos por todos.

A escolha do tema surgiu como um desafio a ser explorado que veio despertado pela curiosidade e pela observação cotidiana ao observar crianças com deficiência e também aquelas sem deficiência, mas que apresentavam algum tipo de dificuldade serem invisibilizadas dentro da sala de aula, pelo fato de a sala e o currículo engessado não atender às suas necessidades, excluindo-as e levando-as às margens da sala de aula.

A partir disso surgiu como uma curiosidade em analisar se existiam propostas que realmente entendesse que o âmbito educacional, assim como a sociedade, é de fato limitado e não o contrário, enfim, este estudo objetivou contribuir com o educador, que recebeu um aluno com deficiência em sua sala de aula e quer fazer tudo que estiver ao seu alcance para que ele seja incluído de verdade e possa aprender da melhor forma possível.

2 A HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 A concepção da deficiência em tempos antigos

Se em pleno século XXI, em meio a era da tecnologia e evolução, as pessoas com deficiência ainda enfrentam inúmeros obstáculos com relação à inclusão, imagina como as coisas eram em tempos remotos.

É importante ressaltar que, ainda que as limitações intelectuais, físicas, sensoriais ou mentais sempre tenham feito parte da história da humanidade, estas foram vistas e tratadas de diferentes formas ao decorrer do tempo, tendo em sua maioria atitudes baseadas em preconceito e rejeição por parte da sociedade em relação às pessoas com deficiência (PcD), tornando sua jornada à inclusão muito mais árdua.

No que concerne à deficiência, traçamos um recorte histórico acerca das suas concepções que transpassam as sociedades no decorrer do tempo e da história, para melhor compreendermos o conceito de deficiência hodiernamente.

Para poder abordar acerca das diferentes concepções e tratamento em relação à deficiência em tempos antigos, tomaremos como exemplos três civilizações antigas da humanidade: a egípcia, grega e romana.

Já no Egito, algo surpreendente e diferente das duas civilizações que serão citadas logo a frente é que a concepção de deficiência não era catastrófica ou motivo de discriminação, de outro modo, pois os Egípcios se mostravam mais afetuosos e preocupados e tentavam integrar essas pessoas. Sobre isso:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (GUGEL, 2015, p. 02).

E, frequentemente, as pessoas com deficiência integravam altos cargos a serviço dos Faraós e faziam parte das diferentes classes sociais, desde escravos à Faraós, um dos exemplos seriam pessoas com nanismo. Acredita Gugel (2015, p. 03) que “os especialistas revelam que os anões eram empregados em casas de altos funcionários, situação que lhes permitia honrarias e funerais dignos”, sendo estes fatos, um exemplo da importância dessas pessoas perante a sociedade egípcia.

Diante do exposto, é possível afirmar que, apesar de a sociedade egípcia não obter um conhecimento pleno acerca da deficiência e considerando todo o contexto social e histórico da época, ainda assim demonstrou ser uma sociedade inclusiva e tolerante quanto à deficiência.

Partindo para a Grécia antiga, era uma questão social manter a boa forma e ter um corpo saudável, pois era comum que a sociedade supervalorizasse o corpo humano, sendo intolerante a qualquer aspecto físico que estivesse fora do padrão imposto. Outro fato que reforçava tal concepção, se dava por causa da formação militar, que exigia que os homens deveriam ser capazes de participar de guerras e batalhas. Assim como menciona:

A finalidade da educação espartana era formar guerreiros. Com 7 anos de idade, os meninos eram afastados das mães e ficavam até os 18 anos em escolas, onde aprendiam ginástica, esportes (corridas, lutas usando o corpo, lançamento de dardos), a ler e escrever e a manejar armas. O método exigia esforços: ficavam nus até nos dias frios, tomavam banho gelado, comiam pouco, apanhavam. Tudo isso para que ficassem resistentes como o ferro. Capacidade de suportar o sofrimento físico, disciplina, habilidade militar: esses eram os objetivos principais (SCHMIDT, 2011, p. 26).

Segundo Monteiro (2009), “era comum à política da eugenia, com a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e saudáveis, além do abandono das crianças fracas ou deficientes” (p. 7). Desse modo, pode-se observar que os gregos relacionavam o propósito de sua vida com estar em boa forma, tal concepção se estendia desde crianças a mulheres, pois as mulheres tinham como dever, ser capazes de gerar filhos saudáveis, do contrário, as crianças seriam abandonadas ou mortas. Sobre isso:

Platão, no livro A República, e Aristóteles, no livro A Política, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia (GUGEL, 2015, p. 4).

No decorrer do tempo, sucedeu que os gregos passaram a conciliar a beleza e a inteligência, valorizando ao extremo não somente o corpo humano como também

o intelecto, assim dizendo, “para os gregos, o corpo sadio deveria estar unido com a mente sadia, não se admitia a deficiência entre eles” (SCHMIDT, 2011, p.26).

Para os gregos, os deficientes deveriam ser exterminados pois eram inúteis socialmente, sendo considerados até subumanos, ou seja, abaixo do nível considerado humano. Sobre isso:

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos (MEC, 2008, p. 7).

No que se refere à sociedade romana, antigamente, o direito romano se constituía a partir da Lei das Doze Tábuas, sendo aos pais permitido o sacrifício de crianças que nasciam com qualquer tipo de deficiência. Ou seja, a intolerância, o preconceito e a crueldade constituíam a sociedade romana com relação a pessoas com deficiência. Segundo Garcia (2011) todos tinham permissão para sacrificar seus filhos que nascessem com algum tipo de deficiência, desde a classe plebeia até a mais nobre.

Naquela época, era defendida a ideologia de sacrificar, afogar e abandonar, ainda crianças, pois eram consideradas descartáveis e inúteis para a sociedade.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe (NEGREIROS, 2014, p. 15).

Apesar do cenário catastrófico e cruel, onde essas crianças acabavam morrendo, sendo isso considerado algo comum e natural, onde não havia preocupação com o que outras pessoas pensariam, pois era uma prática comum, ainda apareciam pessoas dispostas a acolher essas crianças e livrá-las da morte, entretanto, esse acontecimento não era frequente.

Ressaltamos ainda que muitos dos deficientes que sobreviviam, eram por interesses comerciais, sendo utilizados como objetos de entretenimento, sexual e atrações de circo, sendo direcionados a atividades humilhantes em benefício de pessoas cruéis e preconceituosas, humilhando-os e explorando-os. Sobre isso:

(...) Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (SILVA, 1987, p. 130).

Infelizmente, as pessoas com deficiência se viam obrigadas a se submeter a tais situações, caso contrário, teriam suas vidas ceifadas.

É possível observar que a humanidade, infelizmente, sempre revelou sua discriminação, como exterminar a todos os que se desviam das normas que foram instituídas como corretas e o que é pior, a maioria passou a aceitar e defender essa ideia como se fosse algo efetivo, mesmo que isso acarrete a morte de outros seres humanos. E infelizmente dentro dessa ideia que o deficiente passou a ser enquadrado, a civilização tornou-se preconceituosa, e dispostos a remover todos os que não se encaixam na, entre aspas, perfeição.

Com o surgimento do Cristianismo, surgem novos conceitos como, por exemplo, a caridade que pensar no próximo que até então eram ignorados pelos romanos. A partir dessa ideologia cristã, as classes mais pobres sentiram-se mais acolhidas, trazendo algumas melhorias referentes ao tratamento de pessoas deficientes.

Foi no vitorioso Império Romano que surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos, porém, alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período é que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências. (NEGREIROS, 2014, p. 3).

A partir dessa época, as pessoas com deficiência passaram a ser acolhidas em asilos e conventos, pois o abandono destas passou a ser condenado, porém, isso ainda não significava a integração dessas pessoas nas esferas políticas, sociais e econômicas, pois a execração e preconceito continuam a fazer parte do tratamento para com essas pessoas, pois eram consideradas inúteis socialmente.

Apesar de sempre manter o distanciamento social, os romanos passaram a aceitar um pouco mais as pessoas com deficiência, reduzindo os sacrifícios, temendo o castigo de Deus, as pessoas passaram a ajudar mais. Entretanto, ainda havia a discriminação, pois, as pessoas pensavam que a deficiência era castigo divino e que os deficientes deviam viver com suas limitações para “pagar” por seus pecados. Enfim, o respeito e a consideração quase não existiam e só depois de um tempo, surgiram as instituições de caridade.

(...) na Idade Média o abandono passou a ser condenado e as pessoas com deficiência começaram a receber abrigo em asilos e conventos, principalmente. Porém, nesse período. Era comum a crença de que a deficiência seria um castigo de Deus por pecados cometidos e, por isso, os indivíduos com deficiência eram alvo de hostilidade e preconceito (SILVA, 2010, p. 40-41).

Por mais que as instituições de caridade existissem, elas não tinham como propósito a generosidade pura, era mais uma forma da sociedade retirar as pessoas deficientes de seu meio e direcioná-las para um lugar isolado onde elas não teriam que conviver com essas pessoas, tirando-as de circulação. Referente a isso:

A partir do século XVII, os deficientes passaram a ser internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições, juntamente com delinquentes, idosos e pedintes, ou seja, eram excluídos do convívio social por causa da discriminação que então vigorava contra pessoas diferentes (BERGAMO, 2010, p. 35).

Pode-se afirmar que no decorrer do tempo a deficiência foi encarada de diversas maneiras, sendo elas em sua maioria, extremamente discriminatórias percorrendo um longo percurso cruel até se obter a concepção de inclusão. A sociedade, por muito tempo, tinha como solução a internação pois consideravam pessoas deficientes incapazes de integrar a sociedade. Ainda que a civilização passasse a desenvolver mais um pouco de consciência, ainda mantinha seu caráter discriminatório.

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial, onde uma grande quantidade de pessoas passou a ser deficientes devido aos traumas pós-guerra, começou de fato a preocupação quanto à deficiência, pois as pessoas passam a olhar os deficientes sob outra ótica, porque antes as pessoas acreditavam que só se nascia deficiente e de repente as pessoas se deparam com seus familiares, amigos, heróis de guerra em situações de limitações e impossibilidades.

A partir de tais acontecimentos, suas ideias preconceituosas estavam enfraquecidas diante de uma realidade inesperada, mas que os fez repensarem suas concepções, como por exemplo, que a deficiência não estava relacionada a castigo divino e que suas limitações não as faziam incapazes de compor a sociedade e construir história.

Com as mudanças acontecendo no contexto social e histórico, a sociedade passa a aceitar, apoiar e defender o direito das pessoas com deficiência e desse modo, em meio a um caminho de superação, coragem e resistência, a deficiência vai construindo sua história e conquistando seu espaço em meio a sociedade.

Mudanças socioculturais foram ocorrendo paulatinamente na Europa, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credences, reconhecendo-se que o grupo de pessoas com deficiência deveria ter atenção específica fora dos abrigos ou asilos para pobres e velhos. A despeito das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos (NEGREIROS, 2014, p. 15).

2.2 A deficiência no Brasil

Em nosso país, a realidade concernente à história da deficiência não foi diferente das demais citadas anteriormente. A deficiência também foi vista maldição, algo descartável e miserável. Começaremos a análise pelas tribos indígenas. Referente a isso:

No Brasil, a pessoa com deficiência foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres (Silva, 1987). Na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida (NEGREIROS, 2014, p. 16).

Assim, como em outras sociedades e culturas a deficiência era vista como um castigo dos deuses e infelizmente também ocorria a prática do aniquilamento assim que o bebê nascia se percebido qualquer tipo de “anormalidade”, ou seja, aspecto diferente do que era esperado por eles, como também o abandono, isso nos mostra que independente do contexto social e da cultura, os deficientes sempre eram vistos como pessoas que não mereciam nem ao menos o direito de viver. Para essas civilizações, matar essas pessoas era uma forma de sanar o mal pela raiz, algo aceito pelos pais das crianças e por todos aqueles que integravam a sociedade e se aceitavam essa realidade.

É possível dizer que não somente tribos indígenas realizaram esse tipo de crueldade com os deficientes, mas que a sociedade brasileira como um todo, acabou por realizar, seja com ações diretas ou indiretamente sendo condizentes com as circunstâncias vividas.

Trazendo para nossa realidade hodiernamente, vale ressaltar que o Brasil já melhorou bastante quanto ao reconhecimento e valorização aos direitos das pessoas

com deficiências desde de o âmbito educacional, o qual manteremos o foco principal, o profissional e até o social, entretanto ainda há muito a ser conquistado diante dos desafios, preconceitos e discriminação que perduram até os dias de hoje.

Atualmente no Brasil, como em outros países, felizmente, percebeu-se com o tempo que as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou as instituições especializadas. Esse é o reflexo da luta, iniciada nos anos 80, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e que reverbera nas legislações, nas políticas públicas e nas ações (...) (NEGREIROS, 2014, p. 17).

Diante do exposto, é importante ressaltar que devemos continuar lutando com todas as forças para extinguir o preconceito e a discriminação, pois suas raízes ainda permanecem, e isso deve acontecer em todas as esferas integradas à sociedades e civilizações, sejam elas sem seus aspectos educacionais, sociais, políticos, históricos ou culturais, mas principalmente, devemos lutar para que essa mudança venha a acontecer dentro de cada indivíduo.

À medida que a tecnologia e o tempo se moviam, surgia uma nova visão concernente à deficiência, sendo na maioria das vezes, uma visão preconceituosa. E apesar dos avanços científicos, o esclarecimento e a compreensão da deficiência como uma característica normal da natureza humana, em alguns casos, o preconceito ainda existe, mesmo que disfarçados de discursos aparentemente inclusivos.

Sendo assim, atualmente vem se trabalhando por meio de movimentos sociais em cima da temática inclusão, como a chave para acabar com o preconceito, pois a discriminação muitas vezes acontece por falta de conhecimento das situações e da história e desse modo, a inclusão surge como a solução para as pessoas aprenderem a conviver como seres diversos que somos e vão fazer do diferente algo natural, exterminando o preconceito.

E por mais que o homem tenha mudado bastante suas concepções com relação às PcDs, ainda é visto que a educação peca em muitas questões na inclusão do deficiente no ensino regular.

2.3 A conquista dos direitos das pessoas com deficiência

Entre o período de 1939 a 1945 após a Segunda Guerra Mundial, começou a surgir a noção de inclusão, pois como resultado da guerra, muitas pessoas que sobreviveram vieram a ter algum tipo de deficiência em decorrência das batalhas travadas.

Impactada pelo cenário desolado em que se encontrava, a sociedade passou a buscar maneiras de integrar essas pessoas com deficiência de forma mais plena, pois para se reerguer era preciso muita mão de obra. Dessa forma, na década de 1970 foi quando a discussão a respeito do direito das pessoas com deficiência se tornou necessária e importante para a sociedade.

A primeira conquista na história dos direitos das pessoas com deficiência aconteceu em 1971 e foi marcada com a Declaração dos Direitos de Pessoas Com Deficiência Mental decretada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi o primeiro documento a reconhecer e garantir os direitos, proteção e igualdade a pessoas com deficiência mental. Posteriormente, em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em se tratando desse documento, ele englobava todas as

deficiências, tendo como objetivo reafirmar os direitos humanos e as liberdades fundamentais das PcD.

Vale salientar que a inclusão das pessoas com deficiência nessa época se fundamentava na ideia de que a deficiência deveria ser tratada como um problema individual e uma patologia. Sendo assim, o deficiente era quem precisava se adequar à sociedade, e não o contrário, o que acabava por dar continuidade ao caráter de segregação das PcDs. Essa concepção ficou conhecida como o modelo biomédico da deficiência. Referente a isso:

O modelo biomédico considera a deficiência sendo a lesão em um corpo, como responsabilidade individual, os impedimentos devem ser objeto de intervenção médica com práticas de reabilitação a fim de atenuar a anormalidade. Pensar nesta concepção de atuação com as pessoas com deficiência, refletindo também para além do atendimento médico as formas educacionais que buscam a “docilização” dos corpos para que se adaptem ao padrão social de aceitação (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

O Modelo Médico da deficiência insere-a no campo das doenças, do problema individual, das anormalidades que precisam ser enfrentadas, transitando entre a tragédia individual e a necessidade de reabilitação com a finalidade de produtividade, em detrimento do reconhecimento de políticas sociais de proteção social que visem reparação da desigualdade vivenciada (DINIZ, 2007). Essa abordagem restringe a concepção de deficiência ao indivíduo e se delimita somente a partir da patologia corporal, tendo a deficiência como doença, uma anormalidade, sendo necessário a reabilitação como forma de encaixar as pessoas a um padrão inexistente de perfeição imposto pela sociedade.

Com isso, surge a necessidade de outra concepção de deficiência, que considere não só o sujeito em suas especificidades, mas no processo de inclusão com a sociedade na perspectiva da desigualdade de oportunidades. Estamos falando do Modelo Social da Deficiência. Desse modo, entende-se que a “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (DINIZ, 2007, p. 9).

A centralidade desta concepção incide em reconhecer o processo de desigualdade vivenciada pelas pessoas com deficiência, no sentido de que “quanto maiores forem às barreiras sociais, maiores serão as restrições de participação impostas aos indivíduos com impedimentos corporais” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 67).

Posteriormente, surge o Modelo Social, já brevemente citado acima, onde as suas principais premissas consistem na ideia de que a deficiência é causada pelo ambiente em que a pessoa está inserida, ou seja, a deficiência é uma situação, algo que sistematicamente acontece durante a interação social. Diferente do modelo biomédico, entende que a sociedade deve se adaptar às deficiências, e não o contrário. Segundo (DINIZ, 2007.). A discussão sobre deficiência vai muito além dos aspectos físicos ou patológicos, é a grande revolução do modelo social” Referente a isso:

Assim, fica claro que a deficiência em si não torna a pessoa com deficiência incapacitada, mas, a sua relação com o ambiente sim. Portanto, é o meio que é deficiente, pois este, muitas vezes, não possibilita o acesso de forma plena

a essas pessoas, não proporcionando equiparação de oportunidade (LEITE, 2012, p. 51).

Por envolver valores, como a dignidade humana e a igualdade, o modelo social começou a ser a base para orientar as políticas e medidas legislativas para as pessoas com deficiência.

Em 1994, a ONU publicou o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, a Declaração de Salamanca, tendo como objetivo assentar a inclusão educacional para crianças com deficiência, assegurando que os sistemas educacionais deveriam contemplar as necessidades de todos. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (ONU, 1988).

Segundo o documento:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva [...] (UNESCO, 1994).

Mas foi somente em 2001 que a OMS mudou a sua definição de deficiência, integrando os princípios do modelo social, com a publicação da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Finalmente no ano de 2006 a ONU criou o principal tratado internacional da história dos direitos das pessoas com deficiência, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008). O documento validou os princípios dos direitos humanos e compreendeu o princípio da acessibilidade, tornando os direitos das pessoas com deficiência uma compulsoriedade dos Estados membros da organização.

Está em vigor também o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que trata sobre o atendimento educacional especializado, determinando que este deve ser ofertado no ensino regular, em salas de recursos multifuncionais, onde devem ser providas as condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Encontram-se entre os princípios da Convenção: o respeito pela dignidade inerente, a independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a autonomia individual, a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade entre o homem e a mulher e o respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência (BRASIL, 2007, p. 9).

Conhecer a história dos direitos das pessoas com deficiência torna-se valoroso, pois nos ajuda a compreender o porquê de muitas pessoas com deficiência ainda enfrentam tantas dificuldades e desvantagens sociais na contemporaneidade. Durante

muito tempo, o preconceito e a exclusão dessas pessoas era algo construído nas diversas formas organizacionais e estruturais da sociedade. E ao tomarmos consciência da proporção de tal temática e de nossa responsabilidade quanto às questões sociais que englobam a deficiência, a luta pela garantia dos seus direitos terão mais sentido e podem proporcionar possibilidades de mudanças que ainda faltam para o contexto educacional de uma forma geral.

E não somente isso, mas também que políticas sejam feitas com o objetivo de eliminar preconceitos e intolerâncias contra PcD, pois, os seres são diferentes por natureza e isso é o que há de mais valioso na humanidade.

3 EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

Ao decorrer dos anos, a sociedade vai se transformando e com ela as suas concepções e a forma de enxergar o mundo e os indivíduos que vivem nele. É um processo que ocorre lentamente, mas que com muita luta, perseverança e resistência tem conseguido superar obstáculos quanto ao respeito à diversidade e a abolição do preconceito.

Vale ressaltar que o processo de inclusão se faz estoicamente na esfera educacional, pois a escola proporciona através da convivência de seres diferentes entre si uma troca de conhecimento, a mediação de ideias e visões diferentes, um amadurecimento intelectual, promovendo um convívio social saudável e contribuindo para a naturalização e respeito às diferenças. Por isso a importância de se incluir de forma consciente.

O processo inclusivo tem caminhado lentamente em nosso país e apresenta muitas variantes, de acordo com cada região. O acesso e a permanência de todos os alunos na escola são garantidos por lei, porém esses aspectos somente têm validade se o aluno, de fato, sentir-se acolhido pela comunidade escolar e obter êxito em sua trajetória acadêmica (BERGAMO, 2010, p. 39).

Em meio a esse longo e árduo caminho percorrido em busca do respeito aos direitos das pessoas com deficiência que embora aconteça de forma lenta não podemos desistir, podemos observar os diferentes tratamentos que a PcD passou e ainda passa, pois esse tratamento vai variando de acordo com que as concepções da sociedade vão mudando.

A exclusão consiste em problemas sociais que levam ao isolamento e à discriminação de pessoas que nascem com qualquer característica considerada “anormal” pela sociedade, ou seja, quando diferente do esperado, é excluído, abandonado ou descartado. Ocorre quando estudantes são direta ou indiretamente privados de acessar qualquer forma de escolarização, ou seja, à separação dos indivíduos com necessidades especiais dos demais. É considerado o ápice atingível no decurso da marginalização, um processo no qual o indivíduo vai sendo afastado da sociedade através de exclusões consecutivas.

A segregação ocorre quando há a separação de ambientes ao oferecer a escolarização de estudantes com deficiência, como as escolas especiais, sendo separados de alunos sem deficiência.

A educação que separa fisicamente os alunos é inerentemente discriminatória, desigual e, conseqüentemente, injusta. Por outro lado, a educação que meramente iguala, oferecendo o mesmo ensino no mesmo ambiente, também pode ser discriminatória, desigual e injusta se não

responder às necessidades diferenciadas de alguns alunos (MENDES, 2018, p. 80).

De tal modo, colocar os alunos em sala de aula, mas deixá-los escanteados, colorindo um desenho ou realizando uma atividade sem propósito algum, tornando-os 'invisíveis' em suas especificidades pode ser tão excludente quanto segregá-los, propositalmente, em espaços específicos.

Para que todos tivessem as mesmas oportunidades e direitos no âmbito escolar, criou-se o conceito de integração, o qual se constitui no processo de inserir os alunos com necessidades especiais na mesma instituição de ensino regular, mas ficam em grupos separados, ou seja, mesma escola, salas diferentes. Porém, como é possível perceber, esse tipo de prática não atende as necessidades de alunos com deficiência e dá continuidade discriminação e desigualdade de oportunidades.

A educação, que era parte fundamental neste processo, teve que sofrer uma radical transformação. Em todo o mundo, até aquele momento, as pessoas com deficiência haviam sido colocadas à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo educativo que tinha por premissa que os alunos deveriam obedecer a padrões de normalidade (BRASIL, 2008, p. 83).

Finalmente surgiu o conceito de inclusão, e esse processo se faz estoicamente nas escolas, pois é lá estão nossos futuros construtores de ideias, por isso é importante se incluir de forma consciente.

Para que a inclusão realmente aconteça é preciso compreender que a presença efetiva de alunos incluídos em escolas regulares requer mudanças em suas estruturas e que o requer novas habilidades e mudanças com relação à prática do professor. O que passa a exigir:

Mudanças essas que vão desde a ampliação arquitetônica, atitudinal e conceitual para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos contextos escolares, até a implantação de políticas públicas que visam à construção de práticas que permitam a efetiva participação desses alunos nos processos de ensino e de aprendizagem (DECHICHI, 2011, p. 7).

Não basta apenas inserir o aluno dentro da sala de aula sem proporcionar condições básicas de aprendizagem e socialização. Há alguns mecanismos normativos que orientam os procedimentos de inclusão e que passam pelas adaptações do currículo escolar registradas no planejamento. Sobre isso...

...a criação de uma cultura inclusiva não depende estritamente da criação de leis específicas, mas exige um tipo de engajamento de todos e da dialetização dos impasses e conflitos advindos desse engajamento na direção da construção de um novo tipo de laço social. Esse engajamento não pode ser apenas moral, ou seja, suportado em uma declaração de apoio à causa, mas ético, quer dizer, baseado em um exame de nossas próprias implicações no processo segregativo (VOLTOLINI, 2019, p. 02).

É importante mencionar que mesmo com todas as leis assegurando a obrigatoriedade da inclusão o preconceito ainda existe e continua deixando marcas catastróficas, porque muitas pessoas ainda não enxergam a diferença como algo

natural. Por isso, ressaltamos que para se obter a garantia dos direitos e a igualdade na sociedade é necessário invocar a lei. O mesmo acontece com a inclusão, que para chegar ao nível de ter aceitação, passa por uma longa e árdua e tortuosa história, vencendo pouco a pouco preconceitos, superando barreiras e conquistando seu espaço na sociedade, mas que ainda não cessou a luta por direitos, valorização e equidade.

(...) não se trata de estabelecer um padrão comum, não se trata de classificar e hierarquizar... O desafio é pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas que por ela ou através dela não se tornam nem melhores e nem piores, nem superiores e em inferiores, elas se tornam “apenas” o que são, e nós convivemos com elas como nós somos e como elas são (PNAIC, 2014, p. 9).

3.1 Inclusão: conhecimento que leva ao fim o preconceito

A inclusão, até chegar a ter uma aceitação maior por parte da sociedade, passou por uma demorada e difícil trajetória cheia obstáculos e ainda assim, hodiernamente não cessou sua luta por direito e respeito. Desde a década passada até os dias de hoje, os conceitos de inclusão e de educação inclusiva têm conseguido conquistar lugares de importância no discurso educativo, tendo nas declarações oficiais de diversos organismos internacionais, certo apoio apontando para significativas mudanças na forma de analisar o papel e a função da escola na sociedade hodierna.

A educação inclusiva é um objetivo a ser alcançado na sociedade contemporânea e vem acontecendo todo um movimento político, social e educacional que preconiza o direito de todos os indivíduos a participarem de forma ativa na sociedade, bem como o direito de serem aceitos, respeitados e ascenderem em todas as áreas existentes, independentemente das diferenças que possuam. Este objetivo só pode ser alcançado mediante uma educação de qualidade, onde além de respeitar as características e necessidades individuais, procura também contribuir para o desenvolvimento de competências facilitadoras da participação e da cidadania tendo como base práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Nesta ordem de ideias, uma vez que se pretende garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade e assegurar a plena participação e integração na sociedade considera-se que, a escola em geral e a sala de aula em particular constituem ambientes prioritários para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva (UNESCO, 2001).

Assim, pode-se afirmar que é imprescindível uma escola onde suas práticas pedagógicas estejam centradas no aluno, tornando necessária a implementação de atividades de formação continuada de professores para a garantir o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, combatendo-se deste modo a exclusão em sala de aula por parte daqueles que as regem.

Mas, tal acontecimento exige mudanças significativas não só na forma de pensar o papel e os deveres da escola e dos professores ao educar, como também na forma de organizar e desenvolver práticas pedagógicas eficientes que assegurem a aprendizagem de todos os alunos. Sobre isso:

Compreende-se, pois, que a preocupação atual se centra na aplicação prática de uma pedagogia inclusiva, procurando-se identificar os modelos pedagógicos que facilitam a inclusão social e acadêmica, assegurando assim o envolvimento e a participação de todos os alunos (KATZ, 2013).

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO

4.1 A invisibilidade por trás da inclusão

O mundo, e principalmente o Brasil, levou muito tempo para entender que todos têm o mesmo direito à educação. E que com ela as pessoas com deficiência possam se integrar à sociedade e alcançar uma melhora significativa em seu desenvolvimento (CORRENT, 2016).

O ensino regular, no formato que se apresenta hoje na maioria das escolas brasileiras, não têm a estrutura necessária para atender as necessidades pedagógicas de todos os alunos. Pois, é possível notar que as pessoas com deficiência têm muita dificuldade em se adaptar à escola, porque em muitos casos o quadro de profissionais que compõem a equipe escolar, muitas vezes se encontra despreparados para lidar com essas pessoas, não só na parte pedagógica, mas principalmente no despreparo afetivo, emocional e de aceitação.

Vale ressaltar que é de extrema importância ter um olhar aguçado para essas pessoas, pois não adianta somente colocá-las nas salas de aula, é preciso que ocorra a interação social e a inclusão efetiva em todas as áreas da aprendizagem escolar.

Está em vigor o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que trata sobre o atendimento educacional especializado, determinando que este deve ser ofertado no ensino regular, em salas de recursos multifuncionais, onde devem ser providas as condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A educação é considerada direito de todos, dever do Estado e família, sendo promovida e incentivada juntamente com a sociedade, propiciando o desenvolvimento pessoal, o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No Brasil, ainda é um grande desafio para os educadores a verdadeira inclusão de alunos que apresentam algum tipo de deficiência. E apesar da existência dessas leis que, na teoria, garantem a inclusão da PdC, as esferas educacionais de ensino superior ainda carecem de apoio do governo, pois, pode-se dizer que as instituições não preparam plenamente os professores que têm ou terão alunos com deficiência em sua sala de aula, e além disso, para que essas leis se tornem uma realidade efetiva, um dos primeiros passos consiste em os profissionais da educação terem a ciência não só de que os alunos são capazes de aprender e desenvolver-se mas também saber como eles aprendem através dos diferentes processos de aprendizagem de cada um, pois os indivíduos aprendem de maneiras diferentes, a partir de suas vivências e especificidades. Com isso, percebe-se que cada um de nós temos limitações, a única coisa que muda é a área.

Desse modo, “não é o bastante saber que o ser humano é modificável. É necessário construirmos um ambiente modificável” (FALIK; FEUERSTEIN, 2010, p. 127). Referente ao espaço escolar, não é suficiente apenas um discurso declarando inclusão e respeito, mas sim, que a escola toda seja um lugar modificável e que provoque a transformação dos indivíduos. Cabe ao educador estar disposto a se

transformar, desconstruir pensamentos engessados, se reinventar, repensar suas práticas e buscar compreender seu papel na vida dos seus alunos e descobrir seu lugar na educação dos seres assumindo seu encargo de mediador, tornando as experiências escolares vividas extraordinárias e para que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva e principalmente significativa, oferecendo a todos uma qualidade de vida e condições igualitárias de oportunidades.

O professor deve acolher seu aluno, ou seja, demonstrar verdadeiramente que não o rejeita nem o ignora, entretanto, não deve ser inapetente quanto as suas dificuldades e supostas limitações buscando sempre possibilidades de ajudá-lo a compreender os conteúdos e progredir, pois, se não há essa atitude de inconformismo, o docente acaba limitando o progresso do aluno com deficiência e o arrastando para a invisibilidade dentro de um espaço que tem a função de fazê-lo brilhar.

4.2 Desenho Universal Para Aprendizagem (DUA)

Com o objetivo de transformar escolas de ensino regular em ambientes inclusivos e favoráveis à aprendizagem de todos, surgiu, em 1999, nos Estados Unidos, o conceito Universal Designer Learning (UDL), aqui traduzido como Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é geralmente atribuído a David Rose, Anne Mayer e seus colegas do Center for Applied Special Technology (CAST) e corresponde a um conjunto de princípios e estratégias relacionadas com o desenvolvimento curricular que procura reduzir as barreiras ao ensino e à aprendizagem (DOMINGS, CREVECOEUR; RALABATE, 2014; RAPP, 2014).

A legislação Brasileira garante o direito da escolarização dos estudantes do público-alvo da Educação Especial em escolas regulares e também os serviços de apoio especializados para uma verdadeira inclusão escolar, assim, assegurando, não somente a sua integração em sala de aula, mas o acesso completo ao ensino e à aprendizagem.

Entretanto, entende-se que não basta saber somente que é urgente repensar o processo de inclusão e documentos que garantam o direito à educação para todos, o mais importante é fazer uso de metodologias diferenciadas com alunos com deficiência, que de fato, os ajude a aprender. Ações práticas capazes de atender às diversas demandas dos alunos com deficiência ou não são necessárias, além de oferecer-lhes situações ricas de aprendizagem (BRUNO, 2000). Para que ocorra um melhor aprendizado de todos, é necessário que o professor primeiro entenda, reconheça e aceite que a diversidade que existe em sua sala de aula, para a partir desse ponto, poder reconstruir suas práticas e oferecer uma sala de aula inclusiva.

As modificações necessárias, principalmente no ato de ensinar, não são tão simples de serem executadas, nem se pode um professor sozinho realizá-las. É imprescindível que ele tenha apoio, recursos suficientes, formação e outros elementos necessários para um bom ensino. A inclusão escolar não pode acontecer apenas dentro da sala de aula, mas em toda a esfera educacional. Sintetizando, tais princípios e estratégias permitem ao docente definir objetivos de ensino, e criar materiais e formas de avaliação que se adequem a todos os alunos, de modo a que todos possam aprender na via comum de educação (CAST, 2014; KING-SEARS, 2014). Em última instância o DUA tem como finalidade o desenvolvimento de práticas pedagógicas que

permitam o acesso ao currículo, a participação e o progresso de todos os alunos, independentemente das suas capacidades (CAST, 2012; QUAGLIA, 2015).

Diversificação de materiais, organização do tempo, modificações no espaço físico da sala de aula, atividades entre grandes ou pequenos grupos, entre e outras estratégias de ensino, tornam a prática pedagógica um desafio diário, pois exigem dos profissionais conhecimentos diversificados sobre quais estratégias devem ser utilizadas, assim como mais informações sobre seu aluno e suas reais necessidades (GONÇALVES, 2006).

A projeção de edifícios e espaços públicos pela arquitetura, baseada no conceito do Design Universal, de modo que todos possam ter acesso, sem qualquer limitação, foi a inspiração para o surgimento do DUA (NELSON, 2013). Para exemplificar melhor esse conceito podemos usar a concepção de rampa. A rampa pode ser utilizada tanto por pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, como por pessoas sem deficiência, como um idoso, uma pessoa pós-operada ou uma mãe empurrando um carrinho de bebê. A partir disto, baseada na acessibilidade para todos, independentemente das suas limitações ou obstáculos, surgiu a ideia de integrar este conceito nos processos de ensino e aprendizagem, com base num ensino pensado para ir ao encontro das diversas necessidades dos alunos, porque, para além das barreiras físicas, hoje também existem barreiras pedagógicas.

O DUA consiste em um conjunto de princípios baseados em pesquisa e representa um modelo prático que visa ampliar as oportunidades de aprendizagem para todos os alunos com deficiência ou não. O DUA tem como objetivo auxiliar educadores e demais profissionais do âmbito educacional a adotarem formas adequadas de ensinar, aprender e mediar ao selecionar e desenvolver materiais e métodos eficazes para que haja uma forma mais justa e melhor de avaliar o progresso de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Desse modo, ao invés de se pensar numa adaptação específica para um aluno particular, em determinada atividade, se pensa em formas diferenciadas de ensinar o currículo para todos os estudantes (ALVES; RIBEIRO; SIMÕES, 2013). Ao elaborar um material diferenciado para a melhor compreensão de um aluno com Down, por exemplo, na perspectiva do DUA, ao invés do material se destinar somente a aquele aluno específico, o material pode ser utilizado por todos, assim, propiciando uma melhor compreensão de outros estudantes.

O DUA possui três princípios norteadores para as estratégias alinhadas às redes de aprendizagem. O primeiro é o princípio do engajamento, devendo assim embasar uma atividade acessível para todos, neste caso, uma das estratégias que podem ser utilizadas para incentivar o engajamento do aluno seria oferecer uma amplitude de diferentes cenários para ele interagir, fornecendo níveis ajustáveis de desafios. Ou seja, uma atividade onde seria avaliado o desempenho real do aluno.

O segundo princípio a ser abordado é o da representação, pois, o modo como as informações são expostas aos alunos pode ampliar ou inibir sua capacidade de aprender o conteúdo, sendo assim, um professor cuja meta é ensinar com significado, deve facilitar as conexões do aluno com o conteúdo, oferecendo opções para a compreensão, opções de diferentes formas de expressão e de percepção. Desse modo, quanto mais um conceito estiver ligado a outros, mais significativo será (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980).

E por fim, o princípio da ação e expressão, onde os estudantes precisam de apoios, medidas e orientações para aprender a todo momento, desse modo, o

princípio da Ação e Expressão pensa nas estratégias utilizadas para processar a informação a ser aprendida (NELSON, 2013).

O terceiro princípio pressupõe que “os alunos diferem no modo como podem participar nas situações de aprendizagem e expressar o que sabem” (CAST, 2011, p. 5), e.g. alguns podem ser capazes de se expressar bem através da fala, mas não através da escrita, ou vice-versa. CAST (2011, 2014). Vale ressaltar a importância de desenvolver materiais, atividades, recursos e espaços educativos onde haja uma certa flexibilidade de aprendizagem com apoio de professores especializados e demais profissionais, podendo incluir ações físicas, meios de comunicação, tecnologia, construção de materiais, entre outros.

Os três princípios orientadores do DUA ressaltam a importância de se refletir sobre as diversas formas que a aprendizagem se dá, pois se essa verdade não for levada em consideração, é possível que o ensino engessado e excludente no qual alunos com ou sem deficiência continuarão a ser invisibilizados nas salas de aula. Sendo assim, é possível afirmar que o propósito do DUA acaba por cumprir os princípios de uma educação verdadeiramente inclusiva.

4.3 Práticas pedagógicas a partir dos princípios do DUA

Segundo o National Center on Universal Design for Learning (2014) os princípios citados anteriormente podem favorecer o planejamento e organização dos espaços educacionais proporcionando um ambiente de aprendizagem flexível com desafios ajustáveis e envolventes para todos. E, uma vez que “uma boa pedagogia está no centro de um bom currículo” (HITCHCOCK; MEYER; ROSE; JACKSON, 2002, p. 12) é relevante analisar a forma como cada componente curricular pode contribuir mais plenamente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

O planejamento do ensino para a diversidade implica, em primeiro lugar, aceitar as habilidades, estilos de aprendizados, capacidades e interesses diferenciados existentes dentro da sala de aula. Em segundo lugar, quando esse grupo diverso “não se encaixa no seu plano original” (ORSATI, 2013).

Dentre algumas estratégias baseadas nos princípios do DUA apontadas por Chtena (2016) estão as seguintes: o uso da tecnologia; ensino expositivo; suportes adicionais; exercer diversas formas de avaliação; encenações sobre os assuntos, entre outros. Claramente, essas são apenas algumas sugestões encontradas nos materiais literários sobre o DUA, podendo ser avaliada pela equipe escolar como e quando utilizar buscando o melhor meio para atender as necessidades em que cada uma se encontra.

O DUA traz uma ideia de sala de aula adaptável para acolher os diversos processos de aprendizagem existentes, onde a sala de aula, ou melhor, o âmbito escolar possua uma certa elasticidade para acolher a todos e não um modelo mecânico onde os alunos precisam se adequar a um único padrão engessado e excludente invisibilizando suas vivências e visão de mundo, atrapalhando seu pleno desenvolvimento.

Desse modo, em turmas inclusivas, a utilização das mesmas estratégias ou do mesmo serviço para todos os alunos não pode acontecer, pois é importante a avaliação contínua do ensino, da aprendizagem e desenvolvimento de cada estudante. Quanto maior a possibilidade de se organizar as variedades de materiais, rede de apoio, acomodações, trabalho colaborativo de todos os profissionais que

compõem a instituição educacional, DUA, e etc.) maiores são as chances de engajamento e aprendizado dos alunos.

Não há um manual de instruções mecânicas que possa ser seguido para o ensino de todos os alunos, pois isso acarretaria a uniformização do ensino e um retrocesso às práticas mecanizadas da educação, contrariando os princípios da inclusão escolar. Há inúmeros recursos que podem ajudar os professores a conseguirem uma participação mais eficaz dos alunos em escolas que tem como objetivo se tornar inclusivas, e estes podem ser encontrados num ensino baseado na estrutura proposta pelo DUA.

5 METODOLOGIA

Foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica qualitativa. Partindo da ideia de que a metodologia é um caminho para alcançar um objetivo e que o propósito da ciência é a busca do saber, podemos dizer que o método científico é um conjunto de mecanismos adotados com o intuito de atingir o conhecimento. De acordo com Trujillo Ferrari (1974), o método científico é um traço característico da ciência, constituindo-se em instrumento básico que ordena, inicialmente, o pensamento em sistemas e traça os procedimentos do cientista ao longo do caminho até atingir o objetivo científico preestabelecido.

Gil (2010) explica que livros, artigos científicos, dissertações e teses fazem parte dos materiais coletados para a produção de pesquisas bibliográficas. Dessa forma, utilizamos o método bibliográfico como caminho de pesquisa. Os materiais bibliográficos achados foram interpretados por uma abordagem qualitativa e discutidos com base na literatura especializada sobre o tema.

A respeito dos objetivos específicos foi referido, compreender como é possível a inclusão escolar a partir de estratégias baseadas no Desenho Universal Para Aprendizagem, para resgatar nossos alunos da invisibilidade em sala de aula e enaltece-los em seu papel de protagonistas da educação.

Quanto à metodologia, a finalidade foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica, ampliando assim o conhecimento quanto à temática, sobre várias visões, e instituindo uma melhor visão quanto ao contexto, mas pautada na análise desde dados bibliográficos, como nos artigos científicos, para assim chegar a uma conclusão.

A escolha do tema surgiu como um desafio a ser explorado que veio despertado pela curiosidade e pela observação cotidiana ao observar crianças com deficiência e também aquelas sem deficiência, mas que apresentavam algum tipo de dificuldade serem invisibilizadas dentro da sala de aula, pelo fato de a sala e o currículo engessado não atender às suas necessidades, excluindo-as e levando-as às margens da sala de aula.

A partir disso surgiu como uma curiosidade em analisar se existiam propostas que realmente entendesse que o âmbito educacional, assim como a sociedade, é de fato limitado e não o contrário, enfim, este estudo objetivou contribuir com o educador, que recebeu um aluno com deficiência em sua sala de aula e quer fazer tudo que estiver ao seu alcance para que ele seja incluído de verdade e possa aprender da melhor forma possível.

Vivemos em uma sociedade em que a palavra inclusão está integrada à vida das pessoas. Não podemos ignorar a diversidade, pois ela está presente em todas as

partes e faz parte de cada um de nós. É ela que nos torna seres tão únicos e extraordinários, cada qual em sua singularidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar é um dos papéis mais belos, importantes, significativos e árduos. A aprendizagem é o meio pelo qual nos tornamos humanos. Ter conhecimento é ter liberdade. Entretanto, educar é desgastante e dá trabalho e exige muito esforço e reconstrução constante. Ler bons trabalhos e procurar nos qualificar enquanto educadores é uma forma de cumprir com excelência nosso papel.

Neste trabalho, procuramos, da melhor forma possível (não perfeita, mas possível) apresentar informações e provocar reflexões para seu trabalho com alunos deficientes, procurando por meio de práticas inclusivas tirá-los da invisibilidade em sala de aula.

O objetivo dessa pesquisa estava pautado na temática quanto aos desafios e possibilidades que permeiam a (in)visibilidade da criança com deficiência em sala de aula e como é possível construir práticas pedagógicas inclusivas a partir do Desenho Universal para a aprendizagem (DUA), incentivando você, professor, a educar com excelência seu aluno em processo de inclusão.

Diante dessa temática e com auxílio de materiais bibliográficos é que passamos a analisar e averiguar que a questão da invisibilidade da criança com deficiência versus a inclusão não é um assunto recente, já vem sendo abordado há um tempo, onde, lentamente, a evolução foi ocorrendo, o homem progrediu e com eles algumas concepções passaram a serem superadas, atualmente o debate sobre as concepções de inclusão e mudanças necessárias acontece, porém, precisamos de algo para além de discussões.

Diante dos materiais analisados, é possível afirmar que as práticas pedagógicas inclusivas permitem aos professores romper o olhar descrente na aprendizagem dos alunos que aprendem em ritmo e tempo diferente, cabendo aos educadores conhecer, compreender e respeitar a forma como as crianças aprendem. Dessa forma, ressaltamos a importância de que a prática pedagógica assuma a perspectiva inclusiva, abandonando paradigmas padronizados e excludentes de ritmos de aprendizagem e o principal é a consciência de que o mundo é composto de diferenças e a diferença é o que nos faz ser, de fato, inesquecíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M.; RIBEIRO, R.; SIMÕES, F. Universal design for learning (UDL): Contributos para uma escola para todos. *Tecnologias da Informação em Educação, Indagatio Didactica*, v. 5. n. 4, 121-146. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/id.v5i4.4290>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D. E.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BERGAMO, R. B. **Educação Especial** - Pesquisa e prática. Curitiba, Ibpex, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidência da República. Casa Civil.. Seção I, p. 121-125. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 17 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRUNO, M. Escola inclusiva: problemas e perspectivas. **Série-Estudos: Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB**, 10, 2000. p. 79-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i10.601>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. 2011. **Universal Design for learning guidelines version 2.0**. Wakefield, MA: Author.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. 2012. Disponível em: <<http://www.cast.org/udl/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. 2014. Disponível em: <<http://www.cast.org/udl/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CHTENA, N. Teaching Tips For an UDL-Friendly Classroom: Advice for implementing strategies based on Universal Design for Learning. 2015. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/blogs/gradhacker/teaching-tips-udl-friendly-classroom>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRENT, N. Da Antiguidade à Contemporaneidade: A Deficiência e as suas Concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 89, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C; FERREIRA, J. M. (Org.). **Educação especial e inclusão educacional**: formação profissional e experiências em diferentes contextos. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>>. Acesso em 12 nov. 2022.

DOMINGS, Y.; CREVECOEUR, Y. C.; RALABATE, P. K. Universal design for learning. Meeting the needs of learners with autism spectrum disorders. In: BOSER, K. I.; GOODWIN, M. S.; WAYLAND, S. C. (Eds.), **Technology tools for students with autism. Innovations that enhance independence and learning** (pp. 21-41). Baltimore: Paul Brookes Publishing, 2014.

FALIK, L.; FEUERSTEIN, R. **Beyond Smarter**: Mediated Learning and the Brain's Capacity for Change. New York: Teachers College Press, 2010.

GARCIA, V. G. As pessoas com deficiência na história do mundo. **Bengala Legal**, 02 out. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. K. S. **Estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil**. 2005. 149 f. (Dissertação – Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2950>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e a sua relação com a história da humanidade**. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 07 jul. 2021.

HITCHCOCK, C., MEYER, A., ROSE, D., & JACKSON, R. Providing new access to the general curriculum. Universal Design for Learning. **Teaching Exceptional Children**, v. 35, n. 2, 8-17. 2002. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/004005990203500201>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

KATZ, J. The three-block model of universal design for learning Implementation in a high school. **Canadian Journal of Educational Administration and Policy**, 141. 2013. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1008728.pdf>>. Disponível em: 15 nov. 2022.

KING-SEARS, P. Introduction to learning disability quarterly special series on universal design for learning: Part one of two. **Learning Disability Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 68–70. 2014. DOI: 10.1177/0731948714528337. Acesso em: 07 nov. 2022.

LEITE, F. P. A. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira**, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2654>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MENDES, E. G. Sobre alunos “incluídos”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. (Org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 58- 81.

NACIONAL CENTER ON UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING - NCUDL. **UDL Guidelines — Version 2.0**. 2014. Disponível em: <<http://www.udlcenter.org/aboutudl/udlguidelines>>. Acesso em: 11 out. 2022.

NEGREIROS, D. A. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

NELSON, L. L. **Design and deliver: planning and teaching using universal design for learning**. Baltimore, Paul. H. Brookes Publishing Co., 151 p. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 13 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.inr.pt/content/ii87/convencaosobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 05 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Educação para todos: O compromisso de Dakar** (2ª ed.). Brasília, DF: 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2022.

ORSATI, F. T. Acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva. **Temas sobre Desenvolvimento**, n. 19, v. 107. p. 213-22. 2013.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC. **Caderno de Educação Inclusiva – Matemática, Infância e Inclusão**. 2014. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/joanajulia/pnaic-caderno-de-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

QUAGLIA, B. W. Planning for student variability: Universal design for learning in the music theory classroom and curriculum. **A Journal of the Society for Music Theory**, v. 21, n. 1, 1-21. 2015. Disponível em: <<https://mtosmt.org/issues/mto.15.21.1/mto.15.21.1.quaglia.html>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RAPP, W. H. **Universal design for learning in action: 100 ways to teach all learners**. Baltimore: Paul Brookes Publishing. 2014.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, O. M. “A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”. São Paulo: Cedas, 1987

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VOLTOLINI, R. Interpelações Éticas à Educação Inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/84847>>. Acesso em: 01 nov. 2022.